



Secretária Geral do CFF, Lérica Vieira

Saúde habilita farmacêuticos para a prática da Acupuntura no SUS

Os farmacêuticos acupunturistas que atuarem no Sistema Único de Saúde serão remunerados pelos serviços.



Os farmacêuticos brasileiros acabam de conquistar mais uma importante vitória no contexto da expansão profissional. Eles poderão exercer a Acupuntura no Sistema Único de Saúde. Isso, graças ao Conselho Federal de Farmácia (CFF) e as entidades profissionais dos trabalhadores em Saúde, que conseguiram

que fosse regulamentado o exercício profissional nesse segmento, tanto por farmacêuticos, quanto por outros profissionais da saúde. A conquista foi alcançada no Plenário do Conselho Nacional de Saúde (CNS), que aprovou a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS. A política abre espaço para a Acupuntura, a Homeopatia e a Fitoterapia no Sistema Único de Saúde.

O exercício da Acupuntura no SUS foi aprovado para as categorias

profissionais que dispõem de regulamentação por parte dos seus respectivos conselhos de classe. É o caso dos farmacêuticos. O Conselho Federal de Farmácia reconhece o exercício da Acupuntura como especialidade farmacêutica, a través de resolução, a exemplo do que já havia feito nas áreas da Homeopatia e Fitoterapia, duas outras especialidades aprovadas pelo CNS como práticas complementares no SUS. O CFF exige que o profissional tenha titulação *lato sensu* de especialista nessas áreas complementares.

A Secretária-Geral do CFF, Lérica dos Santos Vieira, explica que os farmacêuticos especialistas em Acupuntura, Homeopatia e Fitoterapia que já estiverem integrados ao SUS serão remunerados, também, pelos serviços prestados nessas áreas complementares. "Este é um importante passo e uma grande vitória para a profissão farmacêutica dentro da saúde pública e dentro do crescimento e diversidade da profissão", comemora Lérica Vieira. Ela participou das reuniões para discutir o exercício da Acupuntura pelos farmacêuticos e foi uma voz ativa na costura do acordo que resultou na aprovação da matéria.

Cordel leva mensagem sobre uso racional de medicamentos aos alagoanos



A arte está a serviço da saúde, em Alagoas. No Estado, o Governo, através da Secretaria de Saúde, o Conselho Regional de Farmácia (CRF-AL) e o Sindicato dos Farmacêuticos (Sindfal) juntaram esforços para desencadear a **Campanha Estadual pelo Uso Racional de Medicamentos**, que usa a literatura de cordel como meio para difundir a sua mensagem. Popular, no Nordeste, o cordel, que usa a linguagem simples do cidadão comum, está, desta vez, dando uma grande contribuição à difusão da importância de se usar medicamentos, racionalmente.

O projeto, coordenado pela farmacêutica Isabel Cristina Coitinho

Bulhões, conta como principal material de divulgação um folder e um livreto, ambos escritos em cordel, os quais estão sendo distribuídos, tanto em Maceió, quanto no interior de Alagoas. A distribuição está sendo feita por farmacêuticos em lugares de grande movimento. É uma grande sacada e uma manifestação de criatividade.

O Presidente do CRF-AL, José Gildo da Silva, está comemorando o resultado da campanha, e não esconde o seu contentamento com a idéia, gerada pelo consenso das partes envolvidas, de usar a literatura de cordel como um meio de fazer chegar ao homem simples a informação sobre os malefícios do uso irracional dos produtos farmacêuticos. O autor dos textos é o cordelista João de Lima de Alagoas. Ele diz, nas duas primeiras estrofes do livreto:

*O Conselho Regional
De Farmácia do Estado
Avisa pra todo mundo
Tenha bastante cuidado
Muita gente já morreu
Com medicamento errado.*

*A vida é muito boa
A morte é bastante ingrata
Saúde: a maior riqueza
Quem tem cuidado se trata
O remédio certo cura
O remédio errado mata*

Já o folder, começa com uma mensagem não menos direta:

*Medicamento demais
Só faz mal.
Remédio da vizinha
Não cura doença minha.*

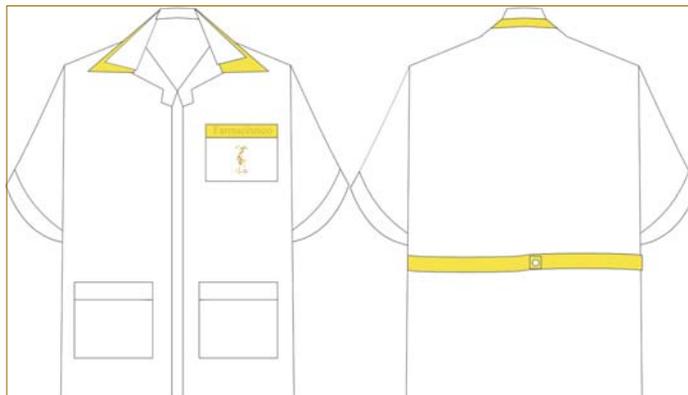
Jaleco do farmacêutico

CFF aprova um modelo padrão de jaleco para ser utilizado, em todo o País. Farmacêutico, visualize o desenho, faça o seu jaleco e o use, com orgulho.

O modelo nacional de jaleco para o farmacêutico, aprovado pelo Conselho Federal de Farmácia, é branco com detalhes em amarelo. A gola é dupla, sendo que a inferior, de cor amarela e maior, sobressai-se diante da superior, de cor branca. O jaleco tem, ainda, um bolso superior esquerdo, com dobra externa em cor amarela, onde há a inscrição "Farmacêutico" bordada.

O farmacêutico pode optar por colocar dois bolsos abaixo da cintura na cor branca.

As costas do jaleco devem ter obrigatoriamente gola dupla, sendo que a segunda gola, na cor amarela,



deve estar visível. Além disso, deve ser colocada uma faixa amarela para ajuste, à altura da cintura.

Os interessados em possuir o jaleco do farmacêutico no padrão estabelecido pelo CFF devem copiar o modelo exposto ao lado. No site do CFF (www.cff.org.br), também, é possível visualizar o jaleco com detalhes.

Prêmio estimula produção científica sobre juventude

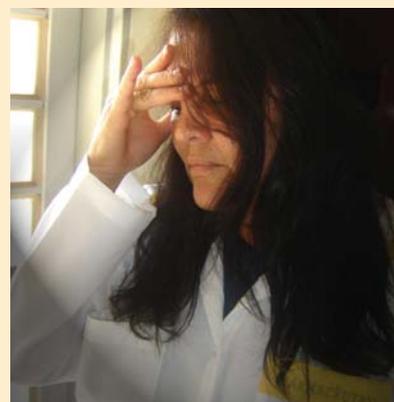
Farmacêuticos e estudantes de Farmácia, mãos à obra. Os ministros Luiz Dulci, da Secretaria-Geral da Presidência da República, e Sérgio Rezende, da Ciência e Tecnologia, assinaram, no dia dez de março de 2006, durante a 3ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Juventude, em Brasília, Portaria que cria o Prêmio Juventude. A iniciativa vai premiar artigos e redações de todo o País sobre o tema juventude e políticas públicas, com o objetivo de fortalecer a produção de pesquisas e estudos, revelar talentos e investir em estudantes e profissionais que procuram alternativas para os problemas relacionados ao assunto. As inscrições podem ser feitas de 20 de março a 12 de maio.

"Ao criar este prêmio, o Governo Federal, o Conselho Nacional de Juventude e as entidades parceiras pretendem mobilizar os diferentes atores da sociedade

civil, estimular a investigação sistemática e, assim, contribuir para a consolidação da Política Nacional de Juventude, uma das nossas prioridades", analisa o ministro Luiz Dulci.

O Prêmio, uma iniciativa da Secretaria Nacional de Juventude, é dividido em três categorias. A primeira é destinada a estudantes de pós-graduação e vai premiar artigos científicos de autoria de doutores, doutorandos, mestres, mestrandos, especialistas e estudantes de especialização. O primeiro lugar desta categoria vai receber R\$ 10 mil; a segunda colocação será premiada com R\$ 8 mil e o terceiro lugar vai ganhar R\$ 5 mil.

A segunda categoria vai premiar artigos científicos realizados por estudantes de graduação ou graduados e os prêmios variam de R\$ 6 mil a R\$ 2 mil. Na terceira categoria, serão avaliadas redações escritas por educadores e técnicos



de programas sociais, estudantes do Ensino Médio que estejam matriculados ou já tenham concluído o curso. Os prêmios variam de R\$ 5 mil a R\$ 2 mil.

Os primeiros colocados de cada categoria receberão a Comenda "Juventude e Políticas Públicas" e dez exemplares da coletânea dos artigos e redações vencedoras. A solenidade de Premiação será realizada, no dia 19 de julho, durante a 58ª Reunião Anual da SBPC, em Florianópolis/SC.

Mais informações sobre o Prêmio podem ser acessadas no endereço www.presidencia.gov.br/secgeral. O telefone é (061)3411-1407

Ministros da Saúde do Brasil e da Argentina anunciam parceria para construção de fábrica

Os ministros da Saúde do Brasil, Saraiva Felipe, e da Argentina, Ginés González García, assinaram, no dia 18 de janeiro de 2006, em Brasília, um termo de cooperação para a construção de uma fábrica de medicamentos e kits de diagnósticos para várias doenças. A planta industrial será instalada, na Argentina, com investimento dos dois países.

Serão responsáveis pela execução dos projetos a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e a Administração Nacional de Laboratórios e Instituto de Saúde da Argentina (Anlis). A comissão binacional que vai analisar a situação jurídico-administrativa e discutir a proposta da planta da fábrica reuniu-se, já no dia 20 de janeiro. Do lado



Ministro da Saúde do Brasil, Saraiva Felipe

brasileiro, a Comissão é coordenada pelo Secretário de Ciência e Tecnologia do Ministério da Saú-

de do Brasil, Moisés Goldbaum. Os técnicos argentinos serão liderados pelo chefe de Gabinete de Assesores do Ministério da Saúde e Ambiente da Argentina, Leonardo di Pietro.

Este é um acordo de cooperação ampla, que envolve troca de experiências, cooperação técnica e pesquisas conjuntas, entre outras atividades. O Ministro Saraiva Felipe explicou que, inicialmente, os esforços serão concentrados na fabricação de kits de diagnósticos e, posteriormente, de vacinas e medicamentos. "Este acordo tem uma grande importância na política sanitária, além do impacto na economia do Brasil e da Argentina", ressaltou Ginés González García.

Farmácias de manipulação querem padronizar setor

A Associação Nacional dos Farmacêuticos Magistrais (Anfarmag), que representa 80% das farmácias de manipulação do País, acaba de criar uma comissão para aprovar normas e padronizações técnicas para o setor magistral. A Câmara Técnica, que tomou posse, no dia 20 de janeiro, Dia do Farmacêutico, é formada por uma equipe de quatro professores universitários e três farmacêuticos especialistas.

A Câmara, além de atuar na qualificação das farmácias de manipulação, é responsável, também, por aproximar o setor de estudos



Hugo Guedes, Presidente da Anfarmag

científicos em âmbito universitário. "É importante ressaltar que as decisões dos membros terão como foco a melhoria do setor e não interesses políticos ou pessoais", disse Hugo Guedes, Presidente da Anfarmag, que ainda resalta: "No setor farmacêutico magistral, há muitas regulamentações que determinam o que devemos produzir, mas nenhuma fala sobre como deve ser o processo de produção. Por isso, decidimos, juntamente com o setor, criar normatizações capazes de padronizar os procedimentos nas farmácias de manipulação".

A Comissão - Entre os convidados para integrarem a Câmara, estão acadêmicos renomados, como Gerson Antônio Pianetti, docente da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), eleito Presidente da Comissão. Também, compõem a Diretoria os professores Vladi Olga Consiglieri, da Universidade de São Paulo (USP); Zaida Maria Faria de Freitas, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e Ana Maria Bergold, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS), e as farmacêuticas especialistas em manipulação magistral alopática Lenir Ribeiro Yago Gomes, Paula Renata Carrazato e Jaqueline Nitoli Hernandez.



MBA em Gestão para farmacêutico

Curso é oportunidade para farmacêuticos que buscam especialização na área gerencial e para empresários que querem aprimorar conhecimentos

Estão abertas as inscrições para a primeira turma do MBA em Gestão Avançada para farmacêutico, na área de vendas. A iniciativa, dizem os organizadores, é inédita, no Brasil. O curso, criado pela Universidade Gama Filho e pelo CETE (Centro de Estudos Técnicos Empresariais), empresa de consultoria do setor, será direcionado para profissionais de farmácias e drogarias com nível superior que desejam se especializar em gestão empresarial. Será possível o conhecimento da rotina das empresas e do uso das principais ferramentas de gerenciamento.

O aluno será incentivado a desenvolver competências fundamentais para quem atua ou deseja atuar em farmácias e drogarias. Planejamento estratégico, gestão financeira e de pessoas, *marketing* de relacionamento, comunicação estratégica e atendimento ao cliente são algumas das disciplinas que compõem o currículo do curso.

Segundo o Coordenador do MBA, Jefferson Bueno, mestre em gestão empresarial, será uma grande oportunidade não apenas para os empresários, mas também para o farmacêutico. "Como ele é um dos poucos na empresa a possuir nível superior completo, larga na frente em relação aos demais profissionais", argumenta.

Atualmente, algumas farmácias e drogarias estão optando por designar o farmacêutico para ocupar a função de gerente do estabelecimento. Com o MBA, o empresário fará isso com mais segurança, e o profissional agregará valor à sua carreira, desde que seja de seu

interesse acumular funções. Acontece, também, o oposto: proprietários de farmácias com formação farmacêutica que precisam aprofundar os conhecimentos gerenciais.

Desde 2000, o CETE, idealizador do projeto, observa as necessidades do segmento, e verificou que há carência de ferramentas para profissionalização. "Os farmacêuticos, por exemplo, possuem grande conhecimento técnico e científico, porém não têm visão de gestão administrativa. Também, percebemos que inúmeros gestores com formação acadêmica em Administração ou *Marketing* carecem de instrumentos que proporcionem conhecimento profundo sobre gestão administrativa", explicou o diretor do CETE, Luis Carlos Marins.

As disciplinas - Planejamento estratégico, Comunicação estratégica, Redes, franquias e associativismo, Gestão financeira e tributária, Gestão de pessoas, Gestão de compras, *Marketing* de relacionamento e



Luis Carlos Marins, Presidente do CETE: "Empresa procurou a Universidade Gama Filho para propor o MBA para farmacêuticos"

CRM no varejo, Atendimento e vendas, Legislação sanitária e direitos do consumidor, Metodologia do trabalho científico, Sistemas de informação e logística. Também, workshops e conferências com convidados.

O corpo docente será formado por professores com mestrado e especialização e ainda experiência no setor farmacêutico. As aulas serão quinzenais, sempre aos sábados, no Campus Candelária da Gama Filho. Informações pelo telefone (21)2298-2008 ou pelo site www.cete.com.br



Aulas acontecerão, no campus da Gama Filho, no centro do Rio, local de fácil acesso para quem chega de fora

Farmacêuticos debatem atenção farmacêutica



Da esquerda para a direita, Maurício Filizola (Sincofarma/CE), Mario Monteiro Chaves (Anvisa), Ricardo Valdeto (GAF), Zilamar Costa (CFF) e Lillian Faria (Gama Filho)

Farmacêuticos do Rio de Janeiro e de outros Estados reuniram-se no I Seminário Nacional de Farmacêuticos, para refletir sobre o que tem sido feito e o que ainda pode ser aplicado na área da atenção farmacêutica em farmácias e drogarias do Brasil. O evento aconteceu, no dia 17 de janeiro, no Rio, em comemoração ao Dia do Farmacêutico (20 de janeiro). Participaram do debate representantes da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), Conselho Federal de Farmácia (CFF), Universidade Gama Filho, Sindicato do Comércio Farmacêutico do Ceará (Sincofarma) e Grupo de Assessoria Farmacêutica (GAF) da Ascoferj (Associação do Comércio Farmacêutico do Rio de Janeiro).

Apesar de integrarem correntes em que determinados momentos podem estar em conflito, por defenderem categorias distintas, os convidados para o debate demonstraram unanimidade em relação à importância da atenção farmacêutica para a população, para a valorização do papel do farmacêutico, e da farmácia como estabelecimento de saúde.

Zilamar Costa, farmacêutica, professora universitária e integrante da Comissão de Ensino do CFF, disse que a atenção farmacêutica é uma ferramenta que ajuda a farmácia a aumentar a sua credibilidade perante a comunidade em que está inserida. Salientou também que as condições técnicas das atividades farmacêuticas precisam ser melhoradas, e que o CFF cogita redigir um manual de procedimentos sobre a atenção farmacêutica, por meio do qual será possível padronizar as ações e facilitar o trabalho da far-

mácia. Segundo Zilamar, envolver, refletir, contextualizar a situação, ensinar e orientar são princípios que norteiam a atenção farmacêutica.

A partir do que foi discutido no Seminário, o farmacêutico e coordenador do evento, Márcio Antônio Amaral, elaborou um documento que foi encaminhado a todos os

participantes, às entidades do setor farmacêutico e aos veículos especializados. Segundo o documento, "o empresário de farmácia precisa acreditar nos benefícios que os serviços de saúde trazem para o seu estabelecimento e mudar sua visão em relação ao farmacêutico, que muito pode agregar à farmácia".

O documento diz ainda que o profissional pode, sim, exercer, em toda a sua plenitude, a profissão farmacêutica num balcão de farmácia comunitária. O Seminário, promovido pelo CETE – Centro de Estudos Técnicos Empresariais –, recebeu mais de 250 farmacêuticos, alguns de outros Estados, como Espírito Santo e Minas Gerais.

Guia "O SUS de A a Z" ganha versão eletrônica



Foi lançada, no dia 25 de janeiro de 2006, a versão eletrônica da publicação "O SUS de A a Z", um guia destinado a gestores de saúde e cidadãos, construído conjuntamente pelo Ministério da Saúde e o Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde (Conasems).

O Guia se destina à qualificação da gestão e propicia aos dirigentes do SUS informações essenciais à condução de

questões ligadas ao cotidiano das gestões locais. A ferramenta aprofunda a compreensão dos conceitos mais usuais no exercício da função de gestor e as inter-relações entre as diversas áreas que compõem o sistema público de saúde.

A versão eletrônica do guia "O SUS de A a Z" pode ser acessada pelo endereço www.saude.gov.br/susdeaz. A segunda edição da versão impressa da publicação será lançada, no final de março deste ano.



CMED regulamenta preço de medicamentos fracionados

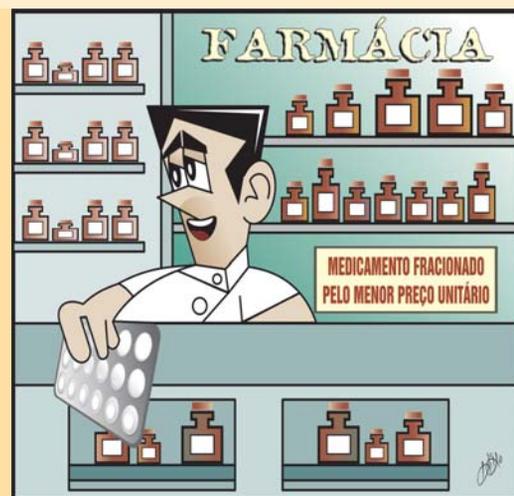
A Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED) definiu os critérios para estabelecer o preço inicial dos medicamentos fracionados. De acordo com a resolução da CMED, os laboratórios que pretenderem fracionar apresentações que já estejam à venda, deverão optar pela de menor preço por unidade.

Por exemplo, a empresa que detém o registro de um medicamento cuja caixa maior, com 28 cápsulas, custe R\$ 53,64, e a menor, com 14 cápsulas, custe R\$ 33,66, somente poderá fracionar a caixa que contém 28 cápsulas, pois o preço por unidade é de R\$ 1,91, enquanto que a unidade da caixa

menor (com 14 cápsulas) custa R\$ 2,40. Para fracionar a apresentação cujo preço por unidade não seja o menor, o fabricante deverá solicitar a redução do preço, adequando-se às exigências da resolução.

"Essa medida visa a garantir o melhor custo-benefício ao consumidor", ressalta o Secretário Executivo da CMED, Luiz Milton Velloso Costa. "A venda de medicamentos fracionados amplia o acesso da população ao produto, pois, além de atender à dosagem e à posologia especificadas na prescrição médica, garante ao usuário um custo mínimo na aquisição do medicamento", completa Luiz Milton.

Para os medicamentos que



ainda não foram lançados no mercado, a análise de preço seguirá as normas da Resolução CMED número 2/2004, que define os preços de produtos novos e novas apresentações. O ajuste de preços de todos os medicamentos fracionados será anual, seguindo as mesmas regras de correção dos preços dos demais medicamentos.

Caem taxas de mortalidade infantil e de neonatal

O Ministério da Saúde registrou, em dois anos, uma queda de 8,7% da mortalidade infantil (de crianças com até 1 ano de idade) e de 7,3% da mortalidade neonatal (bebês com até 28 dias de vida). Em 2002, a taxa da mortalidade infantil foi de 25,1 por mil nascidos vivos, caindo para 23,1, em 2004. A taxa da mortalidade neonatal foi de 16,5 por mil nascidos vivos, em 2002, e de 15,3, em 2004.

A boa notícia resulta de um conjunto de ações desenvolvidas pelo Ministério da Saúde em parceria com Estados, Municípios e sociedade civil, entre elas o Pacto Nacional pela Redução Materna e Neonatal, definido pela Organização das Nações Unidas (ONU) como experiência modelo na redução da mortalidade materna e neonatal.

Iniciativa do Governo Federal, o pacto foi firmado, em março de 2004, com o objetivo de reduzir em 15% os índices de mortalidade materna e neonatal,



até o fim de 2006. Em dois anos, 24 Estados aderiram às ações estratégicas do projeto e, em 27 Estados, foram realizadas 186 palestras com a participação de 5.260 pessoas, entre gestores, profissionais e representantes da sociedade civil para a elaboração dos planos para redução da mortalidade.

Rotavírus e outras ações - Além do Pacto Nacional, o Ministério da Saúde vem desenvolvendo outras ações de enfrentamento da mortalidade infantil. Neste mês de

março, foi incluída a vacina contra Rotavírus Humano (VRH) no Calendário Básico de Imunizações. Com a inclusão da vacina, o Governo Federal, os Estados e os Municípios esperam evitar cerca de 850 mortes infantis, a cada ano. A redução corresponde a 34% do total de óbitos provocados por diarreia em menores de cinco anos, de acordo com estudos nacionais e internacionais sobre o uso da vacina em crianças.

Rede BiblioSUS tem novo sítio

Entrou no ar, no dia 13 de março de 2006, o novo sítio da Rede de Bibliotecas e Unidades de Informação Cooperantes da Saú-

de - Brasil (Rede BiblioSUS). A data do lançamento foi escolhida em homenagem ao Dia Nacional do Bibliotecário, 12 de março.

O ambiente virtual conta com novo *design*, navegação mais fácil, além dos dados das 257 instituições integrantes da rede - bibliotecas, centros de documentação e

espaços de informação. O objetivo da Rede BiblioSUS é ampliar e democratizar o acesso às informações em saúde pública, com economia de recursos, multiplicidade de opções bibliográficas e eficácia de resultados. A rede mantém à disposição do público publicações eletrônicas e impressas.

MS expande Farmácia Popular para farmácias e drogarias privadas



O Ministério da Saúde publicou, no dia dez de março, a portaria que expande o programa Farmácia Popular do Brasil para farmácias e drogarias privadas. A partir de agora, o Ministério da Saúde passa a cadastrar as farmácias e drogarias que enviarem a documentação exigida para habilitação no programa.

Presença do farmacêutico

- A portaria, de número 491, de nove de março de 2006, diz, no Capítulo III (da Habilitação ao Programa), Artigo 7º, item III, que os estabelecimentos de comércio farmacêutico, compreendidas as firmas individuais ou as empresas de rede de farmácia ou drogarias, para participar do Programa, deverão satisfazer, entre outros itens, o que garante a presença do farmacêutico responsável, inscrito no Conselho Regional de Farmácia, com o encargo de, além de suas atribuições legais, administrar, ali, as transações do Programa, além de re-

ceber queixas ou reclamações e estabelecer a interlocução com o Ministério da Saúde.

Nessa nova etapa do Farmácia Popular, medicamentos para hipertensão e diabetes estarão disponíveis em farmácias e drogarias privadas com preços até 90% menores que os cobrados nesses estabelecimentos, sem prejuízo da dispensação realizada na rede

pública de saúde ou da implantação de farmácias populares em parceria com governos estaduais, municipais ou entidades filantrópicas. O Farmácia Popular visa a atingir, principalmente, aquela parcela da população que não busca assistência no SUS, mas tem dificuldade para manter tratamento medicamentoso devido ao alto preço dos produtos.

Para que os medicamentos sejam oferecidos em drogarias e farmácias privadas, o Ministério da Saúde desenvolveu sistema de coparticipação. Isso significa que Governo Federal e pacientes dividirão as despesas, sendo que o Governo arcará com 90% do valor de referência do medicamento. Qualquer cidadão pode se beneficiar do programa. Para obter remédios da Farmácia Popular em drogarias e farmácias privadas, basta apresentar a receita do médico, que tem validade de 180 dias, a partir da emissão, e o CPF.

Inicialmente, serão oferecidas aproximadamente 200 apresentações de medicamentos para hipertensão e diabetes, contando oito princípios ativos diferentes. Essa experiência já ocorre com sucesso, na Europa, em países como França, Alemanha, Espanha e Portugal, e no Canadá.

O processo de adesão das farmácias será orientado por portaria do Ministério da Saúde. Entre os critérios de adesão está o cumprimento de exigências sanitárias e fiscais. As farmácias e drogarias interessadas também devem estar em dia com as obrigações tributárias e previdenciárias. A habilitação ao programa não vai interferir na rotina de trabalho dos estabelecimentos.

Todo o Programa será informatizado. As informações advindas do receituário vão gerar dados para o sistema. Assim, à medida que o usuário obtiver uma apresentação do medicamento pelo Programa, o sistema vai detectar a farmácia ou drogaria onde ele está sendo dispensado, o médico responsável pela receita, o paciente, o medicamento e a quantidade obtida.

Após a entrada desses dados, o Ministério da Saúde autoriza a transação, em tempo real, e registra a operação para posteriormente efetuar o pagamento do valor que cabe ao Governo. Esse sistema de controle assegura que cada paciente obtenha apenas a quantidade do medicamento utilizado por ele, num prazo de até um mês.

Idum ingressa com representação no MPF para impedir reajuste nos preços dos medicamentos

Instituto argumenta que houve aumentos de até 954%, nos últimos dez anos. Muitos benefícios foram dados para a indústria sem repasses para o consumidor. Houve redução no custo da matéria-prima. O dólar baixou e o lucro obtido pela indústria, em cada medicamento fabricado é, em média, de 500%.

O Idum (Instituto Brasileiro de Defesa dos Usuários de Medicamentos) ingressou, no dia 20 de março de 2006, com uma representação no Ministério Público Federal, com o objetivo de impedir os aumentos nos preços dos medicamentos, anunciados pelo Governo para 31 de março, no patamar de até 5,51%. O Coordenador do Instituto, Antônio Barbosa, Conselheiro Federal de Farmácia pelo Distrito Federal, diz que o órgão tem vários argumentos para impedir o aumento nos preços.

Uma pesquisa realizada pelo Idum, comparando os aumentos dos últimos dez anos, revela que os medicamentos mais consumidos pela população tiveram reajustes de até 954%. É o caso do anti-hipertensivo Naprix (Lab. Libbs) que, em novembro de 1995, custava R\$ 5,22 e, em dezembro de 2005, já era vendido por R\$ 55,06, com uma variação de 954,79%.

Outro exemplo citado por Antônio Barbosa é o AAS (Lab. Sanofi-Synthelabo), que teve reajuste, no período, de 582%. Já o Beserol (Lab. Sanofi-Synthelabo) foi reajustado em 783,17%. O analgésico e antitérmico Aspirina (Lab. Bayer) foi reajustado em 374,77% e o Gardenal, anticonvulsivante fabricado pelo laboratório Aventis Pharma, teve reajuste acumulado de 359,76%. Antônio Barbosa lembra que a inflação acumulada, no período de 1995 a 2005, foi de 149,53%.

O Idum pretende lembrar ao Governo que mais de 50 milhões de brasileiros não têm acesso aos me-



Farmacêutico Antônio Barbosa, Coordenador do Idum: "Aumento de preço é abusivo"

dicamentos, devido aos preços altos. E mais: 30% das internações, nos hospitais, ocorrem pela falta de medicamentos para o tratamento. Sessenta e cinco por cento dos usuários do SUS não têm acesso aos medicamentos. "Esse quadro, associado à infinidade de vantagens da indústria e mais os sucessivos aumentos concedidos, além daqueles aumentos abusivos, faz com que seja necessário frear esse aumento,

que é ilegal", argumentou o Coordenador do Instituto de Defesa do Usuário do Medicamento.

Um outro argumento apresentado por Barbosa é o que foi utilizado pela indústria farmacêutica, em 2003. Naquela ocasião, os laboratórios pediram e conseguiram um aumento, argumentando que o dólar estava a R\$ 3,80. "Hoje, o dólar vale R\$ 2,15 e nenhuma redução foi proposta", salienta Antônio Barbosa.

Redução da matéria-prima

– Antônio Barbosa evocou, ainda, o argumento da própria indústria, segundo a qual, ao ter o valor do dólar reduzido, caem, conseqüentemente, os valores gastos com matéria-prima, cujo preço, no mercado internacional, é fixado em dólar. "Vale destacar, também, que, nos últimos cinco anos, os preços da matéria-prima sofreram redução, também, em conseqüência da queda de patentes", argumenta o farmacêutico.

Ele lembra que, em 2005, laboratórios e Governo, anunciaram uma redução de cerca de 10% nos preços dos medicamentos. "A pro-

messagem foi feita, após a negociação de incentivos tributários, através do PIS/Cofins. A redução de impostos foi obtida, sem que, no entanto, os preços dos medicamentos fossem reduzidos", denuncia. Barbosa diz que, antes dessa medida, alíquotas de importação para medicamentos de uso continuado tinham sido zeradas, sem que o consumidor fosse beneficiado com isso.

"Também, no Governo Lula, os medicamentos de venda livre e os fototerápicos tiveram os preços liberados, ficando livres de qualquer controle ou norma para regulação de preços. O resultado foi uma explosão nos preços desses medicamentos, sempre acima da inflação", continua o Coordenador do Idum.

Vantagens de vender genéricos – Há dois anos, observa Antônio Barbosa, os genéricos vêm tendo descontos para aquisição pelas grandes redes de farmácias e drogarias na ordem de 40%, sem que essa vantagem seja repassada para o consumidor. "Esta é mais uma prova de que esses medicamentos poderiam ser 40% mais baratos do que são, hoje", alerta.

Além desses aumentos, o Idum informa que o lucro de qualquer medicamento, no Brasil, é, em média, de 500%. O Coordenador do órgão acrescenta que o critério para formação dos preços dos medicamentos é a existência ou não de patentes. Por isso, há medicamentos que têm um custo de apenas R\$ 3,00 e é vendido por cerca de R\$ 1.000,00. "Um exemplo é o Interferon Peguilado, utilizado no tratamento da hepatite C que, por deter a patente, está no mercado com toda esta discrepância", diz Antônio Barbosa.

Patentes determinam o mercado – Segundo o farmacêutico e Conselheiro Federal de Farmácia, mesmo quando a patente cai, o medicamento mantém um patamar de preço alto. Além disso, continua ele, os novos medicamentos, registrados a partir da extinção da patente, utilizam o patamar do maior preço no mercado e não do seu custo de fabricação.

SUS, patrimônio do Brasil



Dirigentes, trabalhadores e usuários da saúde pública avaliaram o Sistema Único de Saúde (SUS) como um dos principais patrimônios da sociedade bra-

sileira, durante o primeiro dia do "Fórum Saúde e Democracia: uma visão de futuro para o Brasil". Para os participantes do encontro - promovido pelo Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass) em parceria com o jornal *O Globo* - o modelo público de saúde do Brasil continua sendo exemplar, no mundo, e, apesar de deficiências reconhecidas, deve ter seus princípios reafirmados e consolidados, especialmente a universalidade e gratuidade dos serviços prestados à população.

Apoiado pelo Ministério da Saúde, o fórum avaliou as ações em desenvolvimento e reuniu propostas concretas e experiências bem sucedidas, nos Estados e Municípios, com o objeti-

vo de aprimorar o SUS, formado pelas três esferas de Governo (Federal, Estadual e Municipal). "Além disso, a idéia é aproveitar o momento político para discutir o SUS com os candidatos às próximas eleições, de forma que a sociedade possa ser informada sobre o que pretendem seus futuros governantes", explica o Presidente do Conass, Marcus Pestana.

Três cenários da saúde pública brasileira foram discutidos, durante o encontro: a reafirmação e o aprofundamento dos princípios constitucionais do SUS, a revisão de políticas em desenvolvimento e possíveis formas de aumento dos investimentos financeiros em saúde. "Queremos encontrar formas criativas de melhorar a prestação de serviços e elevar o financiamento da saúde pública em todos os âmbitos de Governo", acrescenta Pestana.

Anvisa cria Disque-Intoxicação

A população e os profissionais de saúde contam, agora, com um 0800 para tirar dúvidas e fazer denúncias relacionadas a intoxicações. A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) criou o Disque-Intoxicação, que atende pelo número 0800-722-6001. A ligação é gratuita e o usuário é atendido por uma das 36 unidades da Rede Nacional de Centros de Informação e Assistência Toxicológica (Renaciat).

A Renaciat é uma rede coordenada pela Anvisa, foi criada, em 2005, pela Resolução RDC 19. É composta por 36 Centros de Informação e Assistência Toxicológica (Ciats), espalhados em 19 Estados brasileiros. Os Ciats funcionam em hospitais universitários, secretarias estaduais e municipais de Saúde e fundações. Há Estados que ainda estão em processo de abertura dos centros, como Amapá, Acre, Maranhão e Tocantins.

Quando o usuário utiliza o 0800, sua ligação será transferida para o Ciat mais próximo da região



de onde a chamada foi originada. Os 36 centros estão preparados para receber ligações de longa distância, 24 horas por dia, sete dias por semana, durante todo o ano.

Gerando respostas rápidas, a equipe da central telefônica esclarece as principais dúvidas da população e auxilia os profissionais de saúde a prestar os primeiros

socorros e a prescrever o tratamento terapêutico adequado para cada tipo de substância tóxica. Em alguns casos, o atendimento pode ser presencial.

"Os serviços prestados por esses centros salvam vidas. Queremos que, com o Disque-Intoxicação, o profissional de saúde, na emergência, ao procurar um Ciat para saber como proceder com um paciente intoxicado, seja atendido e orientado. Isso servirá, também, para uma pessoa leiga que necessite

buscar informações sobre algum tipo de intoxicação", ressalta o coordenador da Renaciat e médico sanitaria da Gerência Geral de Toxicologia da Anvisa, Jorge Sayde.

O número do 0800 será informado em rótulos e bulas dos produtos regulados pela agência e em avisos indicativos em hospitais, laboratórios e clínicas.

CFF vai premiar melhor trabalho em Citologia Clínica



O Conselho Federal de Farmácia (CFF) vai dar um prêmio de R\$ 5 mil ao farmacêutico que apresentar o melhor trabalho na área de Citologia Clínica, durante o 33º Congresso Brasileiro de Citologia Clínica e 6º Congresso Brasileiro de Citologia Clínica. Os eventos serão realizados, de quatro a oito de junho de 2006, na Estação Embratel *Convencion Center*, em Curitiba (PR).

A data limite para o envio dos trabalhos é oito de abril próximo. Informações sobre todos os procedimentos podem ser obtido no [site www.qeeventos.com.br](http://www.qeeventos.com.br). Os vencedores serão comunicados sobre suas conquistas, por meio de correspondência, e receberão o prêmio, durante o jantar de confraternização do Congresso.

Estratégias para consolidar a atenção farmacêutica, no Brasil

Que a atenção farmacêutica vem sendo estimulada, no Brasil, nos últimos anos, sobre isso, não há o que se discutir. Mas que ainda são necessárias mudanças substanciais nos serviços farmacêuticos prestados aos usuários do SUS (Sistema Único de Saúde), sobretudo no que diz respeito à formação dos farmacêuticos, sobre isso, também, não há discordância.

Diante disso, o Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde (DAF/SCTIE/MS) tem estabelecido estratégias de ação para o incentivo dessa prática, por considerá-la essencial para o cuidado dos usuários dos medicamentos.

Dentro desse enfoque, em setembro de 2005, foi lançado o Edital MCT-CNPq/MS-SCTIE-DE-CIT-DAF – Nº 54/2005, marco histórico no fomento à pesquisa, no País, para a área de atenção farmacêutica. Como consequência, foram aprovados 11 projetos de pesquisa (15% do total de projetos aprovados no edital) de dez diferentes Estados e abrangendo todas as regiões do País.

Para referendar os resultados e reafirmar o interesse no desenvolvimento desse novo modelo de prática profissional, o DAF promoveu, nos dias 20 e 21 de fevereiro de 2006, em Brasília, o 1º Fórum de Ensino e Pesquisa em Atenção Farmacêutica, no âmbito do SUS. O evento proporcionou o intercâmbio entre professores e pesquisadores atuantes na área, assim como discutiu temas importantes, a exemplo da necessidade de estudos de impacto da atenção farmacêutica, para consolidar a prática como serviço essencial no SUS e a formação da rede nacional de



A farmacêutica Linda Strand, pioneira na difusão dos princípios da atenção farmacêutica, no mundo, participou de evento, no Brasil, para discutir o desenvolvimento dessa prática

investigadores em atenção farmacêutica.

Após o incentivo à academia, o DAF contemplará os profissionais da ponta com a realização do "1º Seminário Internacional para Implantação da Atenção Farmacêutica, no SUS: Semeadando o cuidado ao paciente e o uso racional dos medicamentos", a ser realizado, em Brasília, de 24 a 27 de maio de 2006.

O evento já tem a presença confirmada de renomados palestrantes internacionais, como Linda Strand e Amanda Brummel (EUA), Manuel Machuca e Fernando Martinez Martinez (Espanha), e Alina Sánchez (Cuba). O Seminário possibilitará o intercâmbio com diferentes experiências internacionais na implantação da atenção farmacêutica; promoverá o encontro, a articulação e a troca de experiências entre os grupos que desenvolvem trabalhos em atenção farmacêutica, no País, bem como discutirá estratégias de ação para a implantação da prática, no SUS.

LIVRO

O exercício do cuidado farmacêutico

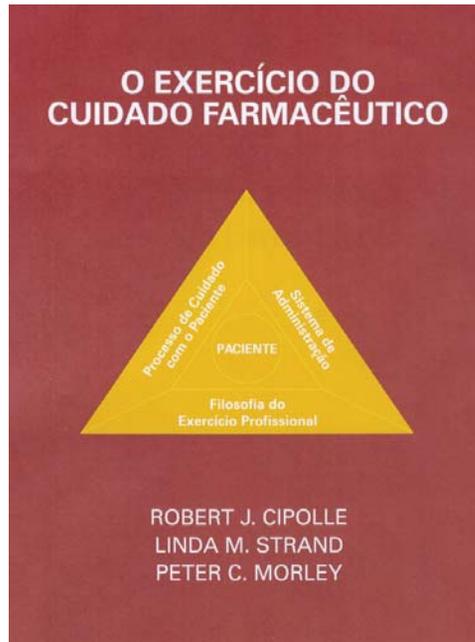
Escrito por três ícones da Farmácia, no mundo – Robert J. Cipolle, Linda M. Strand e Peter c. Morley - o livro é uma leitura imprescindível para quem quer compreender a grandeza da atenção farmacêutica no contexto da saúde contemporânea.

As profundas mudanças que a Farmácia vem sofrendo, ao longo dos últimos anos, principalmente a feliz introdução da atenção farmacêutica no conjunto das práticas profissionais, são o tema do livro **O Exercício do Cuidado Farmacêutico**, a ser lançado pelo Conselho Federal de Farmácia, no dia 29 de março de 2006, em Brasília.

Escrito por três ícones da Farmácia, no mundo – Robert J. Cipolle, Linda M. Strand e Peter c. Morley, todos professores da Faculdade de Farmácia da Universidade de Minnesota (EUA) – o livro é uma leitura imprescindível para farmacêuticos, acadêmicos de Farmácia e todos os que querem compreender a grandeza da atenção farmacêutica no contexto da saúde contemporânea. Esta edição da obra foi traduzida pela farmacêutica Denise Borges Bittar e tem a supervisão e revisão técnica do Conselheiro Federal de Farmácia pelo Paraná e professor universitário Arnaldo Zuboli.

O Exercício do Cuidado Farmacêutico reforma o princípio da atenção farmacêutica, segundo o qual o processo de cuidados precisa estar focado no paciente. Ele é o centro das práticas profissionais. A obra dirige-se a acadêmicos de Farmácia e a farmacêuticos, com o objetivo de chamar as suas atenções para a atividade e a filosofia que estão revolucionando os conceitos farmacêuticos, no mundo.

A atenção farmacêutica está remodelando o perfil do exercício profissional e



mostrando quais as habilidades que são necessárias para atender aos novos desafios da Farmácia, com segurança.

A estrutura conceitual do livro está firmada no tripé *processo de cuidado com o paciente, sistema de administração e filosofia do exercício profissional*. O tripé, ilustrado sob a forma de um triângulo, traz no centro o paciente. O cuidado farmacêutico é definido pelos autores como uma abordagem sistemática,

racional e global para as decisões de tratamento farmacológico, que deve satisfazer às necessidades dos pacientes em relação aos medicamentos.

"A profissão aceitou o cuidado farmacêutico como sua missão para o futuro", afirmam os autores no prefácio da obra. O Conselho Federal de Farmácia (CFF) resolveu publicar a obra, por reconhecê-la como importante ferramenta para assegurar uma terapêutica farmacológica correta. "A relevância desse livro está na reflexão do entendimento daqueles que idealizam a atuação do farmacêutico na atenção primária, integrada ao sistema de cuidado à saúde", declara Jaldo de Souza Santos, Presidente do CFF.

Esta publicação, traduzida para o português e vendida, no Brasil, é exclusiva do CFF. Informações sobre como adquirir o livro estão no *site* do Conselho Federal (www.cff.org.br) / link "Publicações". O valor de cada exemplar é de R\$ 50,00, incluindo o porte.



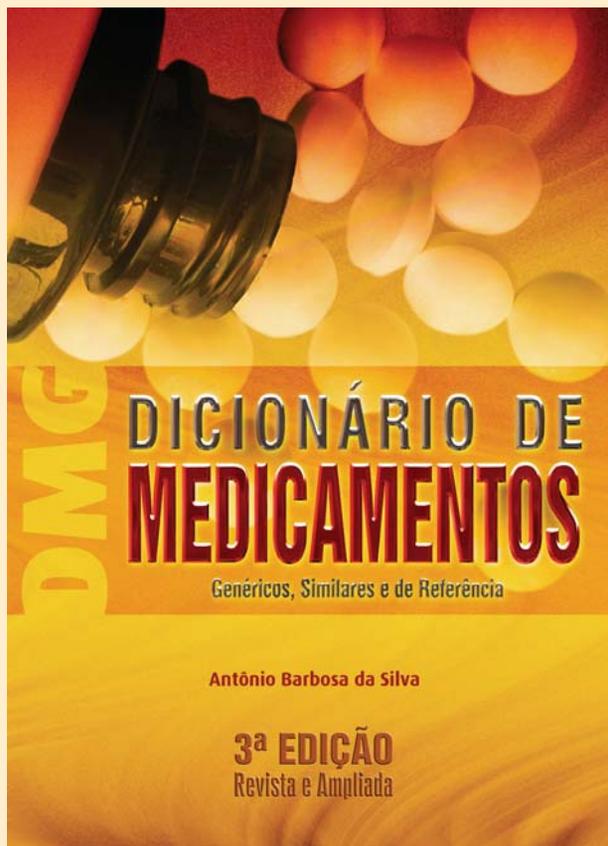
Dicionário lista medicamentos por fórmulas farmacêuticas

Publicação será disponibilizada em versões impressa e eletrônica e trará, também, a Legislação Sanitária e dados sobre o mercado farmacêutico

O **Dicionário de Medicamentos** é uma publicação científica que está em sua terceira edição e tem como principal característica a apresentação de todos os medicamentos disponíveis, no mercado brasileiro, listados por fórmula farmacêutica, com as respectivas apresentações, facilitando, assim, a consulta de farmacêuticos, médicos e prescritores em geral, além de usuários.

Traz, ainda, a Legislação Sanitária, dando oportunidade aos profissionais da área de saúde de ficarem atualizados sobre as normas do setor. Ao listar os medicamentos por fórmula farmacêutica, o autor demonstra que há opções para a prescrição e aquisição dos medicamentos, haja vista que, para cada medicamento, há, em média, sete opções no mercado.

O **Dicionário** é um minucioso apanhado de todos os medicamentos de referência, genéricos e similares. A edição contém informações acerca da política do setor e dados do mercado farmacêutico brasileiro. Pode ser adquirido, também, na versão eletrônica. Junto a essa versão, será disponibilizado um programa para atualização constante, com as mesmas informações que constam da versão impressa. O acesso para a atualização será feito, por meio de uma senha, através



do *site* do Idum, a partir de parceria firmada com a instituição e que entrará em vigor, a partir do final do mês de abril.

Pelo *site* www.idum.com.br, será possível ter acesso aos preços dos medicamentos, com todas as atualizações de preços. O autor do **Dicionário de Medicamentos** é o farmacêutico Antônio Barbosa da Silva, Coordenador do Instituto Brasileiro de Defesa dos Usuários de Medicamentos, Ex-presidente do Conselho Regional de Farmácia e Conselheiro Federal de Farmácia pelo Distrito Federal.

**Informações e vendas pelos telefones
(61)8161-0304 e (83)9952-0023 e pelo e-mail idum@idum.com.br**